

ESCOLA PROFISSIONAL PROJETO PLURAL



PROJETO EDUCATIVO

2025 | 2028

01	Contexto
04	Legislação Aplicável
09	Introdução
10	Missão, Visão e Valores
13	Modelo Pedagógico
20	Opções Pedagógicas
22	Perfil do Aluno
23	Caracterização da Escola
28	Rede Parcerias Protocolos
34	Diagnóstico e Planeamento
35	Política de Qualidade
37	Objetivos Estratégicos
42	Indicadores de EQAVET
43	Objetivos, Metas, Estratégias
48	Monitorização e Avaliação
53	Política de Comunicação
54	Conclusão



CONTEXTO UMA HISTÓRIA...

“...O esforço empreendido no relançamento do “ensino técnico-profissional”, em 1983, tinha colocado de novo na agenda sociopolítica a questão do lugar e do papel deste tipo de ensino no seio das políticas de educação e formação, no período democrático. Vários atores sociais, com destaque para os empresários, e várias forças políticas se manifestavam a favor da necessidade de se investir mais na qualificação profissional inicial dos jovens e na qualificação dos adultos, num país que tinha começado muito tardiamente, no contexto europeu e por força do regime ditatorial e obscurantista, o processo de escolarização massiva da sua população. O atraso estrutural português na democratização da educação, que correspondeu a décadas de desinvestimento em educação e formação, fez com que Portugal, no início dos anos noventa, ainda apresentasse disparidades gritantes nas taxas de escolarização, quando comparamos este país com a situação europeia.

... As escolas profissionais poderiam constituir uma janela de esperança, um novo campo de oportunidades de orientação para a vida escolar e profissional e um trampolim para muitos adolescentes ganharem autoestima e capacidade de exercício de uma cidadania ativa e responsável, porque pessoas com direito a um rosto e a um futuro seu, no seio da comunidade. Para criar futuro para muitos adolescentes e jovens, bloqueados por soluções que os “excluíam”, impunha-se a ação política, a abertura de novos horizontes..”

Joaquim Azevedo

Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas

A Escola Profissional de Torredeita (agora, Projeto Plural) faz parte desta “viagem” desde que ela começou!

Estávamos em 1989, num edifício pequeno, com duas turmas, dois cursos, ... alunos e ... professores.

O espírito com que nascemos, mantém-se. A “Fé Pedagógica” que era a nossa Missão, perpetua-se.

“...escolas capazes de acolher cada aluno e com todos construir os melhores caminhos para cada um, o sucesso educativo, com inovação, sem medo, em liberdade pedagógica e educativa.”



A diversificação de oportunidades de educação e formação, esteve na génese da criação das escolas profissionais; ao mesmo tempo, combater o abandono escolar e aproximar Portugal dos números europeus que expressavam a percentagem de jovens com o ensino secundário terminado.

A Escola Profissional Projeto Plural, inscreve a sua história na significativa preferência em prosseguir estudos pela via técnica e profissional que, à época, os estudos revelavam.

Incorpora, desde logo, sem receios, nem preconceitos, o modelo novo que se apresentava e configurava uma nova política de educação. Receber alunos cansados do inêxito do secundário, corresponder, por isso, a uma demanda social que se impunha, a um problema que urgia resolver. Jovens, famílias, instituições e empresas, precisavam de uma resposta para o abandono escolar precoce, para a falta de competências técnicas, para a impreparação do país em apresentar trabalho e serviços qualificados.

Numa vila pequena como Torredeita, o sucesso da procura foi imediato e superou todas as expectativas. Alunos de todo o Distrito vinham, com enorme entusiasmo, ao encontro dessas novas propostas formativas, dessa nova forma de ensinar, da proximidade que entre professores e alunos desenhava o sucesso de cada um, da formação profissional que lhes abria as possibilidades, a inserção social, as oportunidades de futuro.

Em 36 anos de existência, contribuímos de uma forma decisiva e inquestionável para o desenvolvimento da região, para um fortalecimento da sociedade civil, cultural e económica. A dinamização do território local envolveu muitos parceiros: promotores, câmaras municipais, empresas, grupos sociais e políticos, todos estavam neste processo e todos lhe reconheciam a importância que tinha.

Mas, o mundo mudou e o “tempo e o modo” também... A geografia que até aqui tinha constituído uma diferenciação, passou a ser uma dificuldade. A preferência dos alunos pela envolvência da cidade, levou-nos, não só, a centralizar as aulas nas instalações em Viseu, como, também, a redefinir uma estratégia para a Escola e a escolher o caminho da especialização. Potenciar o facto de, no Distrito de Viseu, constituirmos a única oferta do Curso de Técnicos de Serviços Jurídicos e, nesse sentido fazermos, ainda melhor o que já fazíamos muito bem.

Esta reestruturação passou, igualmente, pela mudança de nome da escola.

Quisemos que significasse mais o que nela se faz, o que pretendemos que nela se edifique, o que desejamos que ela, sempre, seja : um Projeto Plural...

Uma Escola que contenha todas as diferenças; que no conjunto descubra a singularidade de cada um; que na comunhão das vontades identifique os anseios próprios, o desejo que, cada um, acalenta, o projeto que, cada um, quer para si. Projetos singulares que se encontram numa Escola Plural.

E, assim, em 2020, passámos a ser :





LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A Escola Profissional Projeto Plural, foi criada no âmbito do disposto do DL n.º 26/89, de 21 de janeiro, através de um Contrato - Programa celebrado entre o Ministério de Educação, representado pelo GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional e a Escola Profissional Projeto Plural. Por força do DL n.º 4/98, de 8 de Janeiro, que determinou a criação de entidades proprietárias a Fundação Joaquim dos Santos, passa a assumir a propriedade da Escola Profissional Projeto Plural. Este novo enquadramento legal determinou o desencadear do processo de solicitação de Autorização de Funcionamento junto do DDES – Departamento do Ensino Secundário, do Ministério da Educação, em substituição do anterior Contrato-Programa, tendo a Fundação Joaquim dos Santos obtido para a sua Escola Profissional a “Autorização Prévia de Funcionamento” n.º 11, em 20 de agosto de 1999, a qual foi sendo complementada por Aditamentos que atualizam a oferta formativa disponibilizada.

A EPPP é um estabelecimento de natureza privada, prossegue fins de interesse público e goza de autonomia no desenvolvimento das suas atividades de natureza pedagógica, cultural e tecnológica, nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho e demais legislação aplicável, pelas orientações contidas nos seus Estatutos e no seu Regulamentos Interno.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

[Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (Despacho nº 5908/2017, de 5 de julho)]

“...garantir que o sucesso se traduz em aprendizagens efetivas e significativas, com conhecimentos consolidados, que são mobilizados em situações concretas que potenciam o desenvolvimento de competências de nível elevado, que, por sua vez, contribuem para uma cidadania de sucesso no contexto dos desafios colocados pela sociedade contemporânea...”

[Perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, Decreto-Lei n.º 396/2007 e Decreto-Lei n.º 14/2017]

“...que integra referenciais de qualificação únicos para a formação de dupla certificação (formação de adultos e formação contínua, numa primeira fase) e para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC)”

[Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória]

“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.”

[Plano Nacional das Artes]

Desenvolvido pelas áreas governativas da Cultura e da Educação, o Plano Nacional das Artes (PNA) tem como objetivo tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, em particular às crianças e aos jovens, através da comunidade educativa, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Pretende incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente, trabalhando em articulação com os planos, programas e redes pré-existentes.

[Aprendizagens essenciais]

“...Os documentos curriculares de todas as disciplinas e áreas, numa perspetiva de currículo futuro, atualizada pelos referentes internacionais (Projeto Educação 2030, OCDE, 2016; Repensar a Educação, UNESCO, 2016; Resumo de Políticas, UNESCO, 2017) tendem, no plano das reconfigurações em curso noutros países, a evoluir para um formato menos prescritivo mas mais orientativo...”

[Estratégia Nacional para a Cidadania]

“No âmbito das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, foi produzida a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a qual resultou da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (cf. Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).”

[Convenção Europeia dos Direitos do Homem]

“Considerando que a finalidade do Conselho da Europa é realizar uma união mais estreita entre os seus Membros e que um dos meios de alcançar esta finalidade é a proteção e o desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais(...)

(...) Decididos, enquanto Governos de Estados Europeus animados no mesmo espírito, possuindo um património comum de ideais e tradições políticas, de respeito pela liberdade e pelo primado do direito, a tomar as primeiras providências apropriadas para 5ARTIGO 3º assegurar a garantia coletiva de certo número de direitos enunciados na Declaração Universal.”

Referencial de Educação Financeira para o Ensino Secundário

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho

Referencial de Educação para os Media para o Ensino Secundário, 29 de abril de 2014.

"Avaliar Melhor, Aprender Mais"

18 de julho de 2024

[Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto]

A presente portaria procede à regulamentação dos cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional, a que se referem a alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 396/2007, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 14/2017, de 26 de janeiro, que regula o Sistema Nacional de Qualificações, e a alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, tomando como referência a matriz curricular-base constante do anexo VIII deste último decreto-lei.

[Decreto-Lei n.º 55/18, de 6 de Julho]

O presente decreto-lei estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

[Decreto-Lei n.º 54/18, de 6 de Julho]

O presente decreto-lei estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

[Portaria 181/2019, de 11 de junho]

"Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário."

[Decreto-Lei n.º 51/2012]

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação."

[Decreto-Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto] Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (Regulamento UE 2016/679)

“...assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Este regulamento estabelece regras relativas à recolha, proteção, tratamento e circulação de dados pessoais das pessoas singulares residentes na União Europeia (UE) e aplica-se a todas as entidades que façam recolha, armazenamento e tratamento de dados pessoais, em qualquer um dos Estados da UE...”

[Decreto-Lei n.º 26/2017]

“Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas..., relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012, ...”

[Deliberação n.º 788/2024, de 12 de junho]

Aprova a nova estrutura e competências das unidades orgânicas flexíveis da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo é um documento identitário onde se procura, de forma clara, apresentar um plano estratégico para o desenvolvimento da organização escolar no seu todo.

Nele são expressas as vertentes, os desígnios e os eixos que se pretendem como orientadores da nossa ação educativa, bem como as políticas e os princípios de organização e gestão da escola.

Neste sentido, constitui-se como um documento pedagógico, dinâmico, aberto e flexível, concebido sob a coordenação da Direção da Escola e com o envolvimento de toda a comunidade educativa que, de forma explícita e concreta, definiram o percurso e os processos a seguir, de forma faseada e articulada, garantindo a coerência e unidade ao processo formativo.

Procuramos, igualmente, que ele seja o garante de qualidade do serviço de educação e formação prestado, no alinhamento com o Quadro EQAVET, certificação de qualidade, enquadrando, consequentemente, todas as fases deste processo: Planeamento, Implementação, Avaliação e Revisão.

Num momento de alterações profundas e paradigmáticas da sociedade e do mundo, temos claro que a modernização dos processos educativos tornou-se uma busca diária e incessante na instituição, no aperfeiçoamento das melhores práticas e na busca da inovação, focando e desenvolvendo muitas outras áreas do saber, cada vez mais alargadas e abrangentes que possam complementar e consolidar o pendor tecnológico dos nossos cursos.

MISSÃO.VISÃO.VALORES

MISSÃO

A Escola Profissional Projeto Plural, atenta ao perfil do aluno do século XXI e às exigências de um futuro que começa hoje, inscreveu-as no seu projeto educativo e tem potenciado o seu desenvolvimento nas atividades curriculares. Num mundo em permanente mudança, em que o inesperado e o incerto são a marca do tempo que vivemos, em que o ritmo de adaptação a novas realidades é uma exigência contínua, a formação e a aprendizagem têm de orientar-se, forçosamente, para o desenvolvimento de competências que permitam flexibilidade, capacidade de decisão, disponibilidade para aprender sempre, explorando diferentes e vários saberes, agilidade, ousadia e determinação.

Não se quer uma uniformização de pensamento ou atuação, mas uma referência de padrões que cultive a qualidade do ensino, a valorização absoluta do conhecimento, a liberdade e a responsabilidade individuais, a criatividade, o sentido crítico e a autonomia. Ao mesmo tempo, transmitir o valor do trabalho, a importância da inserção na comunidade e da participação na sociedade. Formar para a cidadania, fazendo, cada um, tomar consciência da relevância e do privilégio que essa participação constitui. Favorecer um ambiente onde todos aprendam com cada um e se perceba que é na diversidade perante os outros e o mundo que se encontra a complementaridade, o enriquecimento e o desenvolvimento pessoal.

Pretendemos, sobretudo, promover uma cultura de melhoria da qualidade com uma participação mais ampla de todos os intervenientes da comunidade educativa para a garantia da qualidade do nosso ensino e formação profissional. Trabalhar para uma melhoria contínua, mediante uma combinação de processos de avaliação interna e externa, de revisão e de aperfeiçoamento do sistema educativo.

VISÃO

Sem educação não há Futuro. O conhecimento não só nos permite aproveitar melhor as oportunidades do presente, como nos abre os olhos para as oportunidades do futuro. A escola é um lugar de descobertas imensas e aprendizagens múltiplas. Um lugar onde se transmitem conhecimentos, habilidades e valores necessários à integração social e à participação ativa enquanto indivíduo e cidadão.

O perfil dos alunos no final da escolaridade obrigatória estabelece uma visão de escola e um compromisso da escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um guia que enuncia os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva. Apresenta uma visão daquilo que se pretende que os jovens alcancem, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação.

VALORES

Competência e rigor

Valorizar a competência, a exigência e o rigor no trabalho individual ou colaborativo, dar o melhor de si, cultivar a determinação e a superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter níveis de exigência elevados, conduzir à plena realização dos alunos.

Qualidade e melhoria contínua

Estabelecer um compromisso permanente de melhoria contínua e Gestão da Qualidade, realizando procedimentos cíclicos de análise que identifiquem pontos críticos ou de sucesso e alinhar estratégias para que todos se sintam parte integrante, acrescentando valor ao sistema educativo, potenciando, assim, a melhoria da eficácia dos processos e procedimentos.

Empenho e Dedicação

Comprometer os alunos com o seu próprio processo de formação; criar um ambiente harmonioso, onde se estabeleçam condições de trabalho motivantes para todos e, ao mesmo tempo, se reconheça e valorize o mérito; onde cada aluno construa a sua personalidade e progrida na sua educação de acordo com os seus dons e aptidões e na medida das suas potencialidades.

Criatividade e Ambição

Contribuir para a plena realização dos seus alunos, ajudá-los a pensar e a criar algo novo, a sair da sua zona de conforto e a empreender em vários campos da vida, a fim de realizarem o que desejam.

Cidadania e Participação

Tornar a escola um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania. Inserir no currículo temas e preocupações transversais à sociedade, estimulando o espírito democrático, pluralista, crítico e criativo. Contribuir para a formação de pessoas solidárias e responsáveis que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros.

Responsabilidade e Integridade

Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum; Serem honestos consigo mesmos e com os outros, aceitarem as diferenças e adotarem uma conduta que os leve a alcançar o que pretendem com retidão.

MODELO PEDAGÓGICO

1. A DIMENSÃO GLOBAL DO INDIVÍDUO

As mudanças no mundo, hoje, caracterizam-se por novos níveis de complexidade e contradição. A educação deve preparar indivíduos e comunidades para as tensões geradas por tais mudanças, tornando-os capazes de se adaptar e de responder a elas.

A Escola Profissional Projeto Plural, pretende definir um conceito de escola e um modelo de aprendizagem que conduzam e sustentem um perfil de aluno que corresponda a este desafio.

De forma clara e objetiva, traçar pilares e fundamentos que sustentem esse caminho e essa opção, compreendida e assimilada por toda a comunidade escolar. Criar uma “cultura” e uma identidade que junte, todos, em torno dos mesmos objetivos e pressupostos.

A Escola Profissional Projeto Plural, pretende saber unir educação, ciência e cultura ao saber e ao saber fazer.

Inserida no âmbito do ensino profissional deve saber usar a sua especificidade e a sua mais valia em relação aos outros modelos de ensino: tirar partido dos contextos em que se desenvolve, das experiências que proporciona, do saber técnico que promove. Está em condições de permitir uma leitura mais integradora do mundo, de conduzir à identificação e resolução de problemas, de educar para agir, enfim, de emancipar!



inserida no âmbito do ensino profissional deve saber usar a sua especificidade e a sua mais valia em relação aos outros modelos de ensino: tirar partido dos contextos em que se desenvolve, das experiências que proporciona, do saber técnico que promove. Está em condições de permitir uma leitura mais integradora do mundo, de conduzir à identificação e resolução de problemas, de educar para agir, enfim, de emancipar!

Do mesmo modo, é fundamental que a escola demonstre a igual importância e a necessária interação entre diferentes discursos sobre a mesma realidade. O discurso técnico e científico aliado à sensibilidade artística e estética, permite leituras abrangentes e uma compreensão alargada, quer do mundo, quer da humanidade.

A escola deve incentivar e desenvolver a integração de todas as linguagens possíveis por forma a que os alunos percebam que não há uma resposta, uma fórmula ou um código, mas que na compreensão da realidade estão múltiplas abordagens e diferentes dimensões. Quantas mais conhecermos, mais ampla é a nossa aproximação aos modos como ela se manifesta e traduz.

A Escola defende a globalidade da formação do indivíduo.

Comprometer os alunos com o seu próprio processo de formação, conduzi-los a pensar criticamente a realidade e o mundo, ajuda-los a melhorar a sua capacidade de comunicação e a valorizar a competência, a exigência e o rigor no trabalho individual ou colaborativo.

Lidar com um mundo em transformação permanente, requer jovens com conhecimentos, capacidades e atitudes que lhes permitam construir uma personalidade sólida e uma integração plena.

Numa perspetiva de globalização da informação e do conhecimento, mas valorizando a dimensão do contacto entre culturas, a troca de experiências e o enriquecimento mútuo.



2. A EQUIDADE EDUCATIVA

Queremos uma Escola que para além da oportunidade do acesso, seja capaz de acomodar a diversidade e necessidades de todos os alunos. Melhorar o sucesso, potenciar os apoios aos alunos com dificuldades, reduzir drasticamente o abandono, melhorar a motivação e o empenho dos alunos na aprendizagem, aproximar, enfim, as famílias da escola.

Uma escola que integre, participada, justa e não discriminatória.

Trabalhamos para um sistema educacional equitativo, que se organiza e desenvolve tendo em conta a diversidade de características dos seus alunos, as diferentes necessidades e, portanto, a diferenciação de medidas e vias educativas alternativas acessíveis a todos.

Colocamos o aluno no centro das aprendizagens. O esforço e empenho, a capacidade de trabalho e perseverança do aluno, são permanentemente valorizados e incentivados no sentido do reforço da confiança, da autoestima e do mérito, fundamentais ao bom desenvolvimento das capacidades individuais na realização escolar.

Pugnamos por ser uma escola, realmente, inclusiva que personaliza e individualiza estratégias conferindo competências e garantam uma plena cidadania.

3. EDUCAÇÃO PARA OS VALORES /CIDADANIA

Tornar a escola um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania. Inserir no currículo temas e preocupações transversais à sociedade, estimulando o espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

Contribuir, assim, para a formação de pessoas solidárias e responsáveis que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros.



Alertar o aluno para as grandes causas fazendo-o tomar consciência delas e para o papel que a todos diz respeito. Criar uma dinâmica de escola, através de projetos, ideias e outras iniciativas que promovam a aprendizagem e a descoberta de valores numa perspetiva de compromisso com os outros e com a comunidade.

É determinante proporcionar a «cultura do outro» como «necessidade de compreensão de singularidades e diferenças» (Oliveira Martins, 1992: 41).

Caminhar para uma cidadania multicultural.

A seleção dos temas e correspondentes projetos, por parte da Escola, terá de ser alinhada com a conceção de transversalidade e longitude das áreas obrigatórias e complemento de outras opcionais.

Desta forma, indo ao encontro da ideia central que mobiliza o nosso Projeto Educativo, “Sem Educação não há futuro”, congregar-se-á a intervenção de todas as disciplinas e professores numa relação de transversalidade e complementaridade.

Pretende-se proporcionar uma leitura mais integradora do mundo que os conduza à identificação e resolução de problemas, que lhes possibilite a compreensão da necessária interação entre diferentes discursos sobre a mesma realidade, leituras abrangentes e alargadas, quer do mundo, quer da humanidade.

Em articulação com as Oficinas – “As Artes entre as Letras”, que, por sua vez, corporizam o Projeto Cultural de Escola (PNA) queremos apostar numa educação global que atravesse todas as circunstâncias do ser e do existir, verdadeiramente consistente e transformadora, aquela que acreditamos ser a única que se transporta para a vida.

Esta é a formulação que assume, para nós, total centralidade e que prevalece e consubstancia todo o nosso Projeto Educativo. Contribuir para uma formação global do indivíduo, conduzi-lo a uma visão mais integradora do mundo e da realidade, torna-lo mais exigente nos conhecimentos, nas capacidades e nas atitudes, dar-lhe a oportunidade de ser mais livre e de se emancipar...

A educação só é para todos se a todos criarmos as condições efetivas de liberdade e de escolha. É enganador pretender que a liberdade pode ser exercida, em pleno, se os indivíduos, apesar de “livres”, não conhecerem o mundo no qual se movem e as opções ao seu dispor.

Sem informação e sem conhecimentos prévios, a liberdade é, apenas, potência ou proposição.

É neste contexto que a educação para a Cidadania é desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação. Um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.



4. POTENCIAR O RIGOR E O PROFISSIONALISMO DOS DESEMPENHOS

A criação de um ambiente harmonioso, onde se estabeleçam condições de trabalho motivantes para todos e, ao mesmo tempo, se reconheça e valorize o mérito, o empenhamento e a competência.

Promover um enquadramento que estimule a melhoria do ensino-aprendizagem, por parte de todos os agentes envolvidos e que assim seja capaz de prevenir o facilitismo, a desistência e o insucesso.

Integrar e fomentar, neste processo, o interesse das famílias pelo acompanhamento escolar dos seus educandos.

A escola deve assim:

- Estimular o respeito, a disciplina o trabalho e o entretenimento saudável;
- Otimizar o funcionamento dos diferentes órgãos e estruturas;
 - Melhorar as metodologias internas de autoavaliação;
 - Promover a atualização e a qualificação.

5. GLOBALIZAÇÃO

“Não sou ateniense, nem grego, sou um cidadão do mundo (Sócrates).”

Mais do que nunca esta é a verdadeira dimensão do homem. Vivemos numa época em que pertencemos ao nosso lugar, mas, também, a todos os outros lugares. Ser capaz de transpor todas as geografias, sejam elas físicas, mentais ou culturais; perceber que a “nossa casa” é, verdadeiramente, comunitária e que não há obstáculos nem de língua, raça, etnia ou cultural que nos confronte ou distancie. Pertencemos ao lugar onde nascemos e a todos os outros por onde passamos...

A EPPP procura educar os seus alunos para um mundo cada vez mais global. Levá-los a incorporar o sentido de ser europeu e de como essa perspetiva representa, simultaneamente, um compromisso e uma visão integradora.

Através do Programa Erasmus+ e das várias atividades e sensibilizações feitas na escola, a ideia da mobilidade e das experiências internacionais, leva-os a melhor entender o valor das várias oportunidades que se criam e dos horizontes que abrem sempre que o mundo se alarga e a realidade se torna outra.

É, igualmente, com este intuito que procuramos dar aos nossos alunos competências técnicas e sociais que lhes permitam trabalhar em organizações internacionais, conhecer outras metodologias de trabalho e, sobretudo, prepararem-se para um mundo novo que a qualquer momento os convoca para outros contextos e lhes exige permanentes aprendizagens e sucessivas adaptações.

6. TER O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE E SER UM PARCEIRO ESTRATÉGICO

Com vista a manter e melhorar o seu reconhecimento pela comunidade, a Escola intensifica e dinamiza a sua relação com o exterior encontrando mecanismos eficazes de comunicação. Incrementa projetos e iniciativas de interesse mútuo com as instituições locais. Realiza eventos abertos à comunidade em geral. Cria e desenvolve novas parcerias. Aproxima, cada vez mais, os alunos das empresas e do mundo do trabalho.

Insistimos na necessidade de alargar o nosso relacionamento com instituições, públicas e privadas, por forma a criar uma dinâmica “curricular” que corresponda aos interesses dos empregadores, que vá ao encontro das suas expectativas e que promova uma imagem dos nossos alunos como jovens bem preparados, competentes e ajustados ao mundo do trabalho.

Constitui, também, nosso propósito melhorar, permanentemente, a comunicação com os media e incrementar a produção de conteúdos de qualidade e atuais, bem como, divulgar a oferta formativa acentuando o seu carácter distintivo.



OPÇÕES PEDAGÓGICAS

Em face do perfil de aluno que desejamos e do conceito de escola que queremos, o modelo de aprendizagem a seguir, bem como os valores e princípios que achamos deverem nortear todo o processo de aprendizagem, impõem, necessariamente, alterações das práticas pedagógicas e didáticas.

A escola só alcança o seu propósito, com êxito, se redefinir a sua estratégia e modelo de organização. Tem que criar os meios para chegar aos fins. O mais importante é conseguir transformar informação em conhecimento:

1. Organizar e desenvolver atividades de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes. É importante que as diferentes disciplinas ou aquelas que possam ser mais afins, articulem os seus programas, por forma a identificarem temas onde se encontrem pontos comuns que possam ser ensinados de maneira articulada e em perspetivas diferentes.

2. Ter os professores a trabalhar em equipa, planificando, em consonância, as suas aulas, prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes, conduzindo o aluno a compreensões mais abrangentes e profundas.



- 3. Organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação.**
- 4. Desenvolver de modo sistemático, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em conhecimentos, experiências e valores.**
- 5. Conduzir os alunos a que nos projetos, atividades ou momentos que a escola cria fora do espaço aula, eles intervenham com autonomia, liberdade e responsabilidade. Os professores, dever ser aí, o mais possível orientadores e mediadores da aprendizagem.**
- 6. Criar uma dinâmica, em contextos formais ou informais, de permanente desenvolvimento pessoal e interpessoal. Os alunos devem ser motivados a estabelecer metas, desafios e objetivos para si próprios construindo os seus caminhos e percebendo, sempre, que os seus atos e as suas decisões têm reflexo no seu crescimento, na sua evolução e na sua vida.**
- 7. Valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade. Os comportamentos e as atitudes devem, de uma forma muito direta, ser tidos em consideração na avaliação.**

Esses critérios devem ser ponderados por todos os professores, serem do conhecimento dos alunos, registados e resultarem num modelo que, na escola, é universal.



PERFIL DO ALUNO

Procuramos, assim, que o perfil do aluno da Escola Profissional Projeto Plural corresponda aos seguintes requisitos:

Ser proficiente no uso da língua portuguesa (e inglesa) com manifesto domínio da compreensão oral e escrita;

Utilizar de forma competente as tecnologias de informação;

Desenvolver a capacidade de aprender coisas novas, de estimular permanentemente a sua curiosidade, de ser proactivo na construção do seu conhecimento, de operacionalizar experiências convertendo-as em competências;

Ser capaz de um raciocínio lógico conducente à tomada de decisões para resolver problemas;

Ser capaz de formar opiniões, pensando de modo abrangente, com sentido crítico e em liberdade;

Ser criativo e inovador, desenvolvendo novas ideias e soluções; iniciativa e empreendedorismo;

Valorizar as expressões artísticas e culturais e reconhecer nelas propostas de criatividade, participação na sociedade e transformação do mundo;

Desenvolver competências sociais que lhe permitam relacionar-se com os outros, respeitando diferentes pontos de vista, culturas e modos de estar;

Executar operações técnicas e práticas, segundo uma metodologia de trabalho adequada, aplicando os meios materiais e técnicos apropriados;

Construir a sua individualidade, conhecendo-se, crescendo e evoluindo. Aceitando e superando desafios, sendo confiante e persistente, traçando metas e objetivos, formulando planos e escolhendo futuros.



CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

ANÁLISE INTERNA



A Escola Profissional Projeto Plural, é pertença da Fundação Joaquim dos Santos. O seu polo de origem é a vila de Torredeita, onde, hoje, tem dois edifícios. Para além de um conjunto alargado de salas de aula, muitas delas equipadas com os recursos necessários ao desenvolvimento de um trabalho interativo, dispõe, também, de um auditório, biblioteca, salas de expressões plásticas, oficinas /laboratório, refeitório e Bar, serviços administrativos.

Atualmente, as aulas decorrem inteiramente no polo em Viseu, de menores dimensões, mas com instalações amplas e modernas, situadas no centro da cidade. Esta unidade foi aberta em 2015 e constituiu um objetivo estratégico da Direção: atrair mais alunos da cidade e divulgar o seu nome e a sua atividade.

A Escola especializou e orientou a sua oferta formativa para o Curso de Serviços Jurídicos, único em todo o Distrito de Viseu.

O corpo docente da Escola caracteriza-se pela sua experiência profissional, pela estabilidade e, na área técnica, pelas competências muito específicas na área do Direito.

Dos Serviços Especializados de Apoio Educativo fazem parte a equipa EMAEI, o Gabinete de Psicologia e Orientação, o Gabinete de Apoio Pedagógico e o Grupo Dinamizador da Qualidade.

A escola tem, ainda, um Conselho Consultivo.

Não esqueçamos que as Escolas Profissionais têm uma matriz específica com uma forte ligação ao tecido económico e ao mercado de trabalho. É, por isso, muito importante criar uma “cultura do trabalho” e manter a proximidade com ambientes profissionais, combinando aprendizagens “escolares” com desempenhos técnicos e práticos que, mais eficazmente, possam constituir um passaporte para o emprego.

É, pois, igualmente, sublinhada a importância de uma atitude empreendedora como estratégia de empregabilidade. Identificar as competências transversais valorizadas pelos empregadores.

Nesse sentido, temos vindo a alargar o nosso relacionamento com instituições, pública e privadas, a estabelecer novas parcerias ativas com diversos organismos e, sobretudo, a criar uma dinâmica “curricular” que corresponda aos interesses dos empregadores, que vá ao encontro das suas expectativas e que promova uma imagem dos nossos alunos como jovens bem preparados, competentes e ajustados ao mundo do trabalho.

Todos os setores de atividade, pressionados por um contexto cada vez mais exigente e que requer ganhos de competitividade, carecem de mais qualificações, mais competências, mais flexibilidade, mais conhecimento e informação.

A Escola, tem desde Setembro de 2020, a certificação de Qualidade EQAVET.

OFERTA FORMATIVA:

CURSO PROFISSIONAL TÉCNICO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

60

ALUNOS

03

TURMAS

14

PROFESSORES

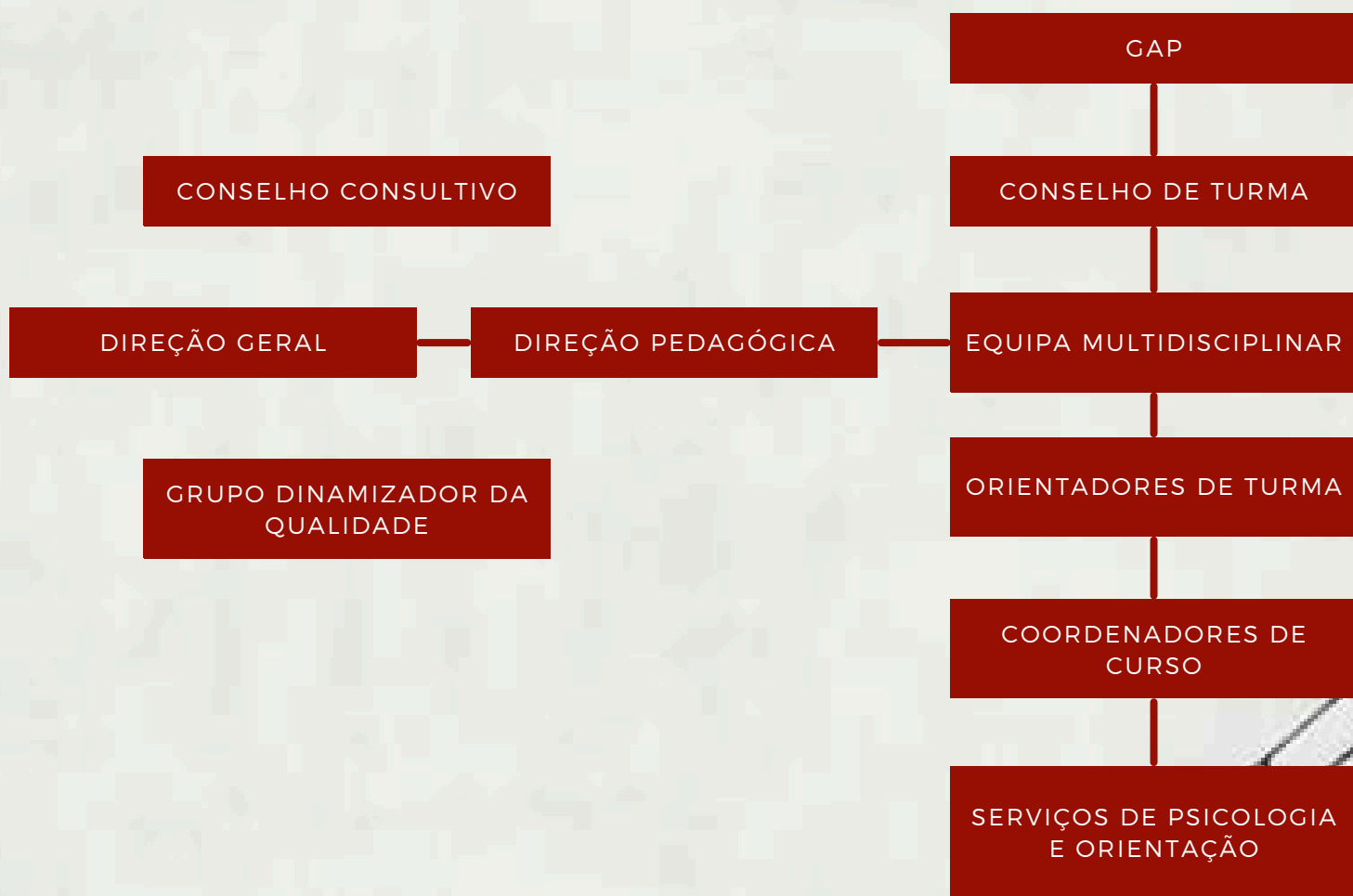
Desenvolvemos uma estratégia que afirme um modelo pedagógico, um contexto de aprendizagem, uma política educativa e uma especialização formativa, que, claramente, nos possa distinguir e consolidar uma posição na EFP. Num mundo cada vez mais global, queremos promover uma vertente europeia que alargue e oriente as ambições, as possibilidades e as vocações profissionais.

Queremos mostrar aos alunos que a mobilidade e a aposta nas qualificações, colocando-os à prova em situações do mundo real e do mundo global, contactando com os mais recentes processos e tecnologias à escala europeia, são uma enorme mais valia nos tempos que vivemos.

É fundamental, que adquiram experiências diferentes, que trabalhem em organizações internacionais, que enriqueçam e desenvolvam as suas competências num enquadramento europeu, ao qual pertencem enquanto cidadãos de uma casa comum.

O contacto e o conhecimento de Programas, como o Erasmus+, Parlamento dos Jovens, Jovens Repórteres para o Ambiente, UNICEF “A maior lição do mundo”, o Voluntariado e outros que criem estas oportunidades, fazem parte do nosso Plano de Atividades, com o objetivo de estreitar a relação do processo educativo com estas realidades.

Associado a este novo paradigma, é nosso propósito incrementar, de acordo com as orientações nacionais no âmbito da Educação, vertidas no Perfil do Aluno do sec. XXI, uma efetiva Educação para a Cidadania, uma Educação Ambiental para a Sustentabilidade, mudando atitudes e comportamentos face ao ambiente, (Escola Eco-Escolas), uma Educação pelas Artes, afirmada na adesão, em 2022, ao Plano Nacional das Artes, tornando-as mais acessíveis, ajudando os alunos a entender que o homem, através da arte, ultrapassa a visão realista e quotidiana, verificável, e vai à procura de uma outra, sensível e “comovida”, onde se encontra consigo próprio numa experiência única, intemporal, ilimitada e irrepetível.





REDES | PARCERIAS | PROTOCOLOS

O estabelecimento de protocolos constitui uma prática frequente e antiga da escola, permitindo o desenvolvimento de um conjunto de parcerias com as organizações e entidades locais, que lhe permite ter uma ação contínua na comunidade local e também regional. São estabelecidas protocolos de colaboração com empresas das áreas afins aos cursos, com organizações públicas e privadas e com estabelecimentos do ensino superior.

Estas parcerias permitem uma ligação estreita da escola ao mundo do trabalho que se consubstancia na dinamização de atividades, em domínios como:

- Formação em Contexto De Trabalho (Estágios Curriculares);
- Organização e dinamização de Seminários e Workshops de natureza técnica, científica ou sociocultural que contribuam para o enriquecimento do currículo;
- Visitas de Estudo;
- Atividades e Projetos que contribuam para uma maior inovação e adequação das estratégias e metodologias pedagógicas do processo ensino aprendizagem, que enriqueçam e alarguem perspetivas e que criem oportunidades.



Sendo as parcerias com empresas de diversas áreas e setores de atividade as que assumem preponderância pelo seu número e pelo robustecimento da raiz do ensino profissional, estendemos, para além disso, a muitas outras Instituições com igual importância na nossa dinâmica e na nossa determinação em estar presentes e integrar a vida social, cultural, económica e educativa da comunidade. Assim, temos vindo a estabelecer protocolos ou níveis próximos de relacionamento com organismos do Ensino Superior, Entidades Públicas, Agentes Culturais, Associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Temos como objetivo e propósito, ser capazes de abrir a escola à comunidade, realizando dias abertos ou workshops ou mesmo prestando alguns serviços de interesse e utilidade para o cidadão comum, permitindo-lhes e permitindo-nos uma interação e um envolvimento que, em tudo, enriquecerá as experiências dos alunos (e dos professores) pelo contacto e conhecimento da realidade social em que se inserem, pela cooperação e apoio comunitário que lhes desenvolverá competências fundamentais a uma cidadania ativa e responsável, conferindo-lhes mais apetências pessoais e profissionais.

Enquadrando o trabalho de reanálise e balanço que a escola está a fazer internamente, com vista a reposicionar-se e escolher, para si, uma nova orientação que lhe permita reestruturar-se, ser competitiva e sustentável, esta “viragem para fora”, também, lhe trará outra notoriedade.

O fortalecimento das relações com os agentes externos, constitui, pois uma das prioridades da escola e um dos eixos estratégicos da sua acção e política de crescimento, inovação e desenvolvimento.

ANÁLISE EXTERNA

Inserido na Região Centro (NUT II), o concelho de Viseu apresenta uma área de 507,1 km² e pertence à sub-região NUT III Viseu Dão-Lafões, integrando a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

O Município faz fronteira com 10 Municípios: Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Carregal do Sal, Tondela, Vouzela e São Pedro do Sul, todos eles pertencentes também à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

O concelho de Viseu segue a tendência de envelhecimento registada noutros concelhos com a diminuição do peso da população com menos de 15 anos, acompanhada pelo aumento do peso das faixas etárias com idades superiores.

No entanto, de acordo com os dados do último Recenseamento da População (2021), na região de Viseu Dão Lafões, Viseu é o Município com mais população e o único onde a população aumentou (0,28%). Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística, relativos à população residente em Portugal, em 2023, colocam Viseu com uma população superior a 100 000 habitantes o que confirma e consolida a trajetória de crescimento populacional do concelho.

Quanto à nacionalidade da população estrangeira na região de Viseu Dão Lafões, grande parte vem da América Latina (3 413), em particular do Brasil (3 186). Existe também muita população de países europeus (1 547) e de África, em particular de Angola (354). Em menor número, há população do continente asiático, nomeadamente da China (206).



De acordo com os dados verifica-se que a população de nacionalidade brasileira continua a ter grande peso no nosso país e na região de Viseu Dão Lafões, seguindo-se a população proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o que historicamente se mantém.

Contudo, comparando os dados de 2011 a 2021, verifica-se um aumento da população de outras nacionalidades, quer em Portugal, quer na região e no concelho de Viseu em particular, nomeadamente de países como a Índia, o Bangladesh, o Nepal e outros países asiáticos. Este aumento de população tem impacto nas escolas, que têm de acolher e integrar alunos de diferentes nacionalidades, o que até aqui não se colocava da mesma forma.

	TAXA DE ANALFABETISMO (%)					
	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
PORTUGAL	3,51	6,77	5,22	2,10	3,96	3,08
CIM VISEU DÃO LAFÕES	4,43	9,47	7,10	2,64	5,48	4,15
WISEU	3,20	7,27	7,27	1,89	4,23	3,14

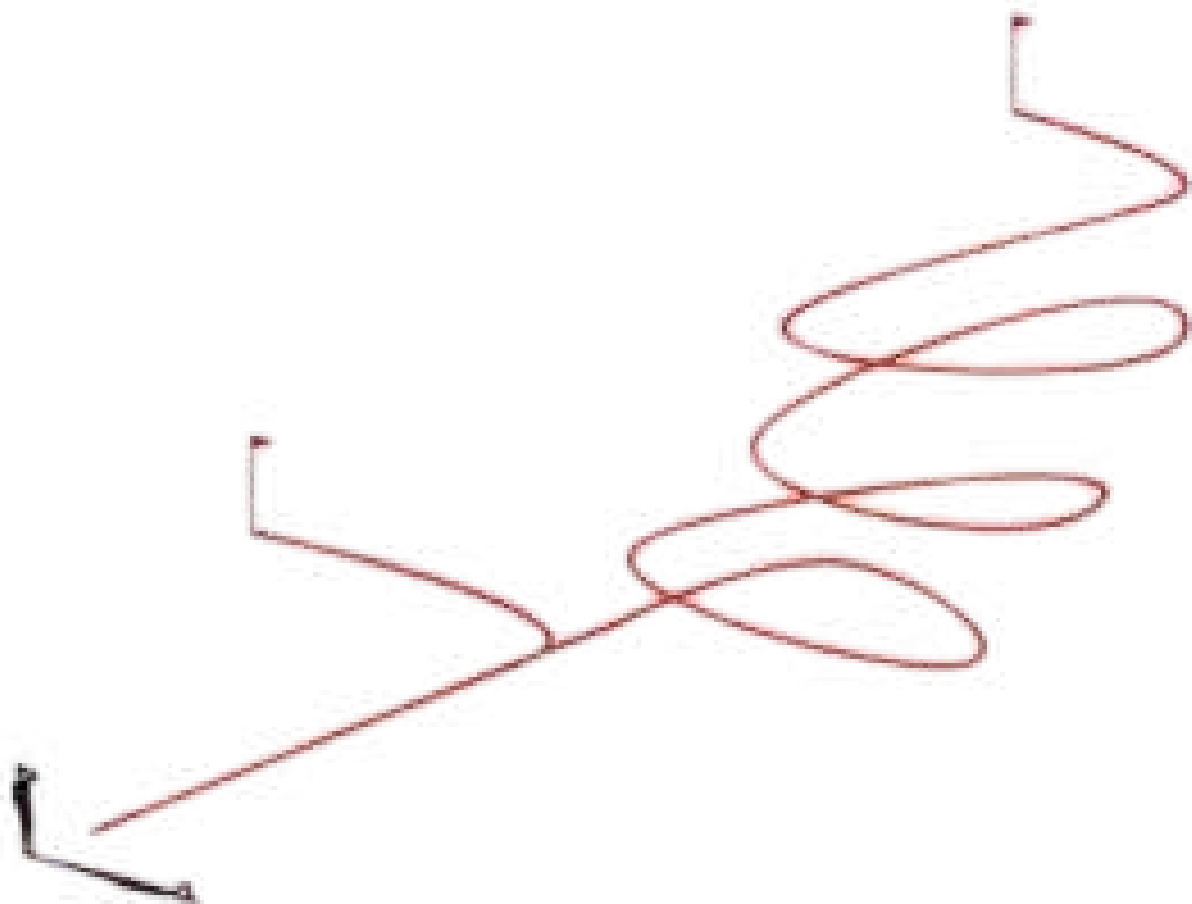
TAXA DE ANALFABETISMO

	NENHUM	ENSINO BÁSICO	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
PORTUGAL	5,86	22,28	9,59	17,81	24,67	19,78	5,86
CIM VISEU DÃO LAFÕES	4,81	35,43	18,20	6,71	10,52	13,87	10,46
WISEU	3,77	31,68	14,85	5,95	10,88	16,49	16,39

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE VISEU DÃO LAFÕES DE ACORDO COM OS CENSOS DE 2021.

Como sabemos o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional dos indivíduos influencia a sua relação com o mercado de trabalho, podendo, por isso, constituir-se como um entrave à melhoria da sua condição de vida e ao desenvolvimento socioeconómico. É, assim, essencial melhorar os défices de educação e qualificação através do reforço das qualificações de base e das competências. Na verdade, a educação e a qualificação assumem um papel estratégico no empowerment dos indivíduos e no exercício duma cidadania ativa, já que os capacita com recursos e os dota de poder, minimizando, assim, os efeitos da pobreza e exclusão.

Em face dos números apresentados, é claro o problema da interioridade neste concelho. É preciso devolver a esperança ao Interior, restabelecer a equidade e a justiça social, repensar o ordenamento do território, reequilibrar o sistema urbano, assumir que o Interior é parte ativa nas políticas de coesão, da competitividade e do crescimento global da economia do país. É possível olhar em frente, encarar o futuro e inverter a realidade, com políticas para o Interior concebidas, numa perspetiva de mudança de paradigma de desenvolvimento, apostando na inovação, na economia verde e do conhecimento.



DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMPETÊNCIAS EFICAZ PARA PORTUGAL

Melhores competências, melhores empregos, melhores condições de vida. As competências transformaram-se na força motriz fundamental para o sucesso económico e para o bem-estar individual no século XXI. Sem investimento adequado nas competências, as pessoas permanecem à margem da sociedade, o progresso tecnológico não se traduz em crescimento e os países deixam de poder competir nas economias que se baseiam cada vez mais no conhecimento.

O ensino e formação profissionais (EFP) são uma componente essencial de muitos sistemas educativos em todo o mundo. No início do século XXI, Portugal estava, no que respeita à percentagem de jovens estudantes inscritos em cursos de ensino e formação profissionais, atrasado em relação à maioria dos países da União Europeia. No ano letivo de 2000/2001, apenas 28% dos alunos do ensino secundário em Portugal estavam inscritos em algum tipo de curso de EFP, muito longe da média de 52% da UE 27. A partir de 2006, a percentagem de estudantes do ensino e formação profissionais no ensino secundário aumentou substancialmente, atingindo um máximo de 45% em 2013/2014.

Hoje, 40% dos alunos inscritos no secundário estão no ensino profissional. Em comparação com o início do século, o país está agora mais perto da média da União Europeia, que ronda os 50%. Os efeitos da expansão do EFP desde 2006, revela resultados positivos na educação, no emprego, na criação de novas empresas e no empreendedorismo.

Por um lado, contribuiu para a melhoria dos resultados escolares e para uma maior inclusão social. A taxa de retenção e abandono escolar caiu de 39% para menos de 10% entre 2000 e 2023. Por outro, há significativamente mais alunos a concluir o 12º ano, especialmente entre contextos socioeconómicos mais desfavorecidos. 72% dos alunos que concluíram o ensino secundário profissional e que não prosseguiram os estudos, conseguem empregar-se no prazo de um a dois anos, percentagem que fica pelos 56% no ensino secundário geral.

Aqueles que se formam através do sistema de Educação e Formação Profissional (EFP) têm melhores perspetivas de emprego em países onde a aprendizagem baseada no trabalho é uma forte componente dos cursos. Portugal tem feito esforços significativos para melhorar a qualidade e a flexibilidade do seu sistema de EFP, nomeadamente através do aumento da participação das empresas e de outros atores relevantes na EFP, de modo a garantir uma melhor resposta às necessidades do mercado de trabalho. Outros aspetos a melhorar, por exemplo o reforço da formação realizada na empresa, ajudariam a garantir que o sistema de EFP é coerente, comunicado de forma correta e está alinhado com as necessidades do mercado de trabalho. Por um lado, tal ajudará a satisfazer a necessidade de trabalhadores com competências atualizadas e relevantes e, por outro, também contribuirá para reduzir taxas de abandono escolar que, apesar de descerem de ano para ano, ainda são elevadas e para aumentar a empregabilidade dos jovens.

DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO

FORÇAS	•Experiência de 30 anos em Ensino Profissional; •Formação especializada do corpo docente; •Acompanhamento próximo dos alunos pelos professores; •Bom clima de aprendizagem e convivência cívica que contribui para o bom comportamento dos alunos; •Diversidade e qualidade de atividades de enriquecimento curricular projetos com e para os alunos; •Cultura de autoavaliação elaboração de relatórios críticos com vista á melhoria contínua.
FRAQUEZAS	•Alguma resistência á implementação de mudanças nas estratégias avaliativas; •Articulação de horários comuns nem sempre possível entre professores para existir mais trabalho colaborativo; •Dificuldade em incutir nos alunos autonomia na aprendizagem e na participação voluntária em projetos; •Baixo envolvimento da maioria dos alunos em atividades extracurriculares que exijam utilização de tempo fora da componente letiva; •Baixa participação dos Encar. de Educação no processo de ensino aprendizagem.
OPORTUNIDADES	•Modelo Pedagógico diferenciador e identitário; •Adesão ao PNA e possibilidade de alargar e diversificar a formação global dos alunos; •Reposicionamento da escola e alargamento do seu âmbito de ação; •Única escola do distrito com o curso de Serviços Jurídicos; •Melhoraria da imagem da escola, através da participação em iniciativas de âmbito concelhio; •Incremento das redes de comunicação e articulação entre os principais <i>stakeholders</i>.
AMEAÇAS	•Reduzidas vivências culturais da maioria dos alunos; •Expetativas nos resultados escolares, de alunos e encarregados de educação, mais centradas nos resultados e menos nos processos; •Credibilidade do Ensino Profissional; •Diminuição dos recursos financeiros, resultante dos sucessivos cortes orçamentais por desistências de alunos; •Não elegibilidade de alunos estrangeiros no financiamento.

POLÍTICA DE QUALIDADE

O nosso compromisso tem sido o constante aperfeiçoamento tanto no domínio do ensino e da formação, como na organização e gestão dos processos, por forma a aprofundar e consolidar a identidade e natureza da escola. Este processo contínuo de organizar a formação e manter toda a atenção na qualificação dos alunos traduz a capacidade da escola em prepará-los para um mercado cada vez mais exigente.

A política de qualidade que nos orienta é marcada por um comportamento de funcionamento proactivo, cooperante, construtivo, transparente, rigoroso e valorizador de todas as partes, sendo capaz de potenciar a satisfação de todas elas.

Procuramos, assim, criar sinergias entre os processos de planeamento, de execução e avaliação para que a melhoria contínua seja uma prática sustentada. Mantemos os objetivos delineados e vamos reajustando as metas de acordo com a, sistemática, identificação das necessidades.

Todos têm consciência da sua contribuição para atingir os resultados esperados e da fundamental importância da aplicação de boas práticas de modo a assegurar o sucesso deste projeto. As ações de monitorização, os processos de auditoria e avaliação sistemática dos desempenhos (resultados atingidos) geram uma grande quantidade de informação e o seu registo e análise têm mostrado a sua utilidade.

O processo de acompanhamento do SGQ, tem como objetivos prioritários a identificação de medidas de correção, de melhoria ou de ações corretivas, que nos permitam caminhar no sentido de obter, cada vez, mais eficácia. No momento da revisão ao sistema os dados de desempenho são reportados no Relatório de Progresso que faz o balanço do ano transato.

Este balanço é analisado em reunião, com a Direção da Escola, o Grupo Dinamizador da Qualidade e todos os professores, com vista a serem tomadas decisões capazes de melhorar continuamente a eficiência e a eficácia dos processos. Qualquer projeto que pretenda ser credível integra o processo de avaliação de forma intencional, fazendo naturalmente parte do seu desenvolvimento.

A escola, enquanto espaço de reflexão crítica e transformação social, vivencia este processo como uma articulação que a todos/as enriquece e alerta para a necessidade de um saber mais rico e mais integrador. Esta colaboração é, portanto, em si, uma estratégia e simultaneamente uma finalidade.

Para consolidar o Sistema da Qualidade, alinhado com o EQAVET, que nos certifica desde 2020, a atribuição de responsabilidades e a co-responsabilização tem que ser transversal a todos os intervenientes no processo educativo por forma a serem atingidos os objetivos traçados.

Neste sentido, dependendo do objetivo concreto a atingir e/ou das estratégias a desenvolver para o conseguir, é necessário a definição e a atribuição concreta de responsabilidades claramente identificadas, para que cada interveniente tenha noção do seu papel e das metas concretas que ele envolve, e para que possa, assim, assumir a responsabilidade pela sua concretização.

A Escola Profissional Projeto Plural gere os seus processos e sistema de ensino como um todo, utilizando o ciclo PDCA, com um foco global na execução da sua estratégia, sendo que a revisão informa o planeamento do ciclo seguinte com ações que permitam melhorar de forma contínua o seu desempenho.

PLANEAMENTO	•Refletir as metas/objetivos políticos europeus, nacionais e regionais são refletidos nos objetivos da escola; •São estabelecidas metas e objetivos explícitos; •Identificação de necessidades através da consulta e participação de partes interessadas (Internas e Externas); •As responsabilidades em matéria de gestão e desenvolvimento da qualidade estão atribuídas; •Participação ativa de todo pessoal no processo de planeamento e desenvolvimento da qualidade; •Levantamento de riscos e possibilidades de falhas futuras.
IMPLEMENTAÇÃO	•Os planos de ação são concebidos em consulta com os <i>stakeholders</i>; •Os recursos são adequadamente calculados a nível interno tendo em vista alcançar os objetivos traçados; •Desenvolvimento das competências do pessoal através de formação.
AVALIAÇÃO	•A Escola, avalia, periodicamente o seu Projeto na sua eficiência e eficácia. A partir dos dados de realização e resultados apresentados pelo Grupo Dinamizador da Qualidade, pelos OET , Coordenadores de Curso e todas as partes com responsabilidades na implementação das ações á Direção Pedagógica, avaliam-se os resultados das ações, em termos dos efeitos diretos e imediatos para a qualidade do ensino e formação e para a organização da Escola; •A avaliação e a revisão incluem mecanismos adequados e eficazes para envolver as partes interessadas a nível interno e externo; •São implementados sistemas de alerta rápido que permitem desenvolver ações de forma atempada.
REVISÃO	•Os resultados da avaliação são utilizados para se elaborarem planos de ação adequados à revisão das práticas existentes; •São recolhidas impressões dos alunos sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino. São utilizadas conjuntamente com as impressões dos professores, para inspirar novas ações; •É dado conhecimento público da informação sobre os resultados da revisão; •Os resultados do processo de avaliação são discutidos com as partes interessadas, sendo elaborados planos de ação adequados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico de desenvolvimento da EPPP assenta num diagnóstico da situação, do percurso já realizado, das fragilidades do momento, quer a nível interno, quer a nível das políticas nacionais e das próprias condicionantes do contexto, das oportunidades que identificamos como possibilidades de crescimento e inovação e das linhas orientadoras que é necessário prosseguir no sentido de arquitetar um sistema de melhoria que nos permita consolidar e amadurecer o Sistema de Garantia da Qualidade.

Onde estamos e onde queremos chegar ou por que caminho queremos ir, fazendo o quê e quando, de que modo e com que recursos, estabelecendo um efetivo compromisso com uma política da qualidade é o que está na base deste Projeto Educativo e lhe confere a essência e o caráter orientador e normativo.

Este documento é, pela sua natureza, dinâmico e em permanente construção, pretendendo-se que, a todo momento, seja um resultado de envolvimento e partilha, de reflexão e participação de toda a comunidade educativa.

Tendo, sempre, em linha de conta os vários estudos prospectivos sobre o ensino profissional em Portugal, quer no que diz respeito às necessidades do mercado, quer no que concerne aos níveis de qualificações, ainda baixos, no país, e Escola procura ir ao encontro de uma oferta formativa e, sobretudo, de uma organização curricular que desenvolva com proficiência as competências transversais, hoje, eleitas e sublinhadas, por todos, como determinantes para o sucesso e a empregabilidade.

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) tem sobre estas questões publicado várias análises onde considera:

“As políticas de educação/formação não são um fim em si mesmas, mas um meio de apoio à qualificação e autonomia dos cidadãos e ao desenvolvimento da economia, a médio e longo prazo. A política de formação profissional deve pautar-se por uma visão global que adeque os objetivos às necessidades tendo em conta os recursos disponíveis. Cabe ao Estado orientar prioritariamente o financiamento e a intervenção pública para os aspetos críticos diagnosticados, nomeadamente a formação inicial qualificante, a formação para públicos com baixos níveis de escolaridade e qualificação, a formação contínua, a formação dos trabalhadores das PME enquadrada em projetos de desenvolvimento estratégico das empresas, e o reforço da empregabilidade dos desempregados de longa duração e dos públicos em risco de exclusão. Estes aspetos exigem o desenvolvimento de uma ação formativa expressiva, com impacto real nos cidadãos e na economia, e com uma qualidade que estimule o seu reconhecimento social.”

CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
O sistema de formação profissional em Portugal José Casqueiro Cardim sob a
responsabilidade do Inofo – Instituto para a
Inovação na Formação

“Embora reconhecendo as diferenças, muito reais, entre os vários sistemas nacionais de EFP, a política da UE (sobretudo a partir da conferência de Lisboa, em 2000) tem sido a de promover uma melhor coordenação entre as políticas económicas e as políticas para a formação profissional, com vista a criar «um verdadeiro mercado de trabalho aberto» que promova a mobilidade do trabalho.”

Ensino Profissional: Michaela Brockmann, Linda Clarke, Christopher Winch e
Paula Paixão- Fundação
Francisco Manuel dos Santos



É provável que surjam em breve novas reformas e investimentos no EFP a nível europeu, uma vez que a Comissão Europeia pretende desenvolver uma estratégia para criar um sistema de EFP atrativo e inovador [link]. Em Portugal, há planos para expandir ainda mais o EFP no futuro, tendo sido anunciado o objetivo de atingir 55% da totalidade dos alunos inscritos no ensino secundário [link]. Tendo em conta o elevado investimento e os planos para novas reformas no ensino profissional, é fundamental avaliar o impacto do EFP. Os dados disponíveis relativamente a Portugal sugerem que a recente expansão do ensino e formação profissionais teve resultados positivos:

+ Aumento da conclusão do ensino secundário,³ com a taxa de retenção e de abandono escolar a descer para menos de 10% em 2022/2023. + Taxas de inatividade baixas: em 2023, a taxa de inatividade entre os jovens adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e que tivessem concluído o ensino profissional no secundário era notavelmente baixa, situando-se em 5,6%, bem abaixo da taxa de inatividade entre os jovens provenientes do ensino geral (10,6%) e abaixo das médias da UE e da OCDE (cerca de 11%).⁴

+ Rápida transição para o mundo do trabalho: 72% dos alunos que acabam de concluir o ensino profissional conseguem emprego no prazo de um a dois anos, percentagem que se fica pelos 56% entre os alunos do ensino geral. 5 + Salários mais elevados para os trabalhadores formados no ensino secundário profissional do que para os trabalhadores formados no ensino secundário geral.

Policy paper da FFMS, de Luís Catela Nunes, Pedro Martins, Pedro Reis e Teresa Thomas,

Será, igualmente, necessário fazer acompanhar esta dinâmica de qualificação e aprendizagem, de adequação de competências e de “reforço” da identidade do ensino profissional, por mecanismos de garantia de qualidade capazes de assegurar a construção de projetos pedagógicos sólidos que correspondam a requisitos de sucesso e sustentabilidade:

“As mudanças económicas de ordem mundial originaram a procura por níveis mais altos de escolaridade e novas competências, em particular competências genéricas e abrangentes. O aumento da qualificação das populações é encarado como uma exigência para enfrentar mercados em constante transformação em que predomina o avanço tecnológico acelerado e a reorganização dos processos produtivos, com implicações nas estruturas de emprego. (...) À medida que vão sendo produzidas vagas de diplomados, deve assegurar-se a perceção de que estes adquiriram de facto uma qualificação profissional adequada ao perfil desenhado. Se os mecanismos de certificação dão a garantia de uma compatibilidade mínima entre intenções e resultados, importa acompanhar de modo sistemático a qualidade dos processos formativos e agir para a sua melhoria...”

Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações, IESE, Coordenação Oliveira das Neves

No sentido de alcançar a nossa Visão, bem como cumprir a Missão, os princípios e Valores que traçámos, definiram-se quatro objetivos estratégicos:



**EDUCAR PARA A CIDADANIA E PARA A
DIMENSÃO GLOBAL DO INDIVÍDUO**

**TER O RECONHECIMENTO DA
COMUNIDADE E SER UM PARCEIRO
ESTRATÉGICO**



**PROSSEGUIR UMA CULTURA DA
QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA**

**TER UM MODELO PEDAGÓGICO QUE
PROMOVA UM ENSINO DE QUALIDADE E
O SUCESSO EDUCATIVO**





A operacionalização dos objetivos traçados,reflete uma filosofiade escola e um modelo conceptual de educação e formação, traduzidos no Plano de Ação definido.

É, por isso, sobretudo, um guia de orientação para a ação e uma ferramenta fundamental para a melhoria contínua dos resultados obtidos,assumindo-se como um importante documento orientador da prática educativaao mesmo tempo que exprime a identidade e se movimenta na autonomia e na competência institucional.

Através da utilização das ferramentas que sustentam o SGQ, a Escola monitoriza um conjunto de dados que lhe permitemfazer um balançodos objetivos e metas com que se comprometeu e daí retirar conclusões tendentes a melhorar, de forma contínua e sustentada, a qualidadedo serviço que presta.

O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada pelos stakeholders e inclui os objetivos e metas e as ações a desenvolver. Esta fase parte da reflexãosobre “onde estou” e na definição de “onde quero estar” e “quando”. Para concretizar esta autoavaliação, é necessário utilizar determinados descritores indicativos para decidir a eficácia da sua prática atual e identificar estratégias futuras. Os descritores podem ajudar os prestadores de EFP a considerar a sua abordagempara a garantia de qualidade e medir o progresso que foi feito. Os objetivos e as metas são definidos e monitorizados através da consulta permanente das partes interessadas, da explicitação clara das responsabilidades na gestão e no desenvolvimento da qualidade e ainda no envolvimento precoce de todos os stackeholders internos e externos em todo o processo de implementação do sistema de garantida de qualidade.

INDICADORES EQAVET

04

Taxa de conclusão dos Cursos no tempo previsto

05

Taxa de Colocação após a Conclusão do Curso (ou prosseguimento de Estudos)

06 a)

Percentagem de alunos/formandos que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação que concluíram.

06 b3)

Percentagem de Empregadores que responderam “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” no inquérito de satisfação aos alunos diplomados empregados

OBJETIVOS E METAS

TAXA DE CONCLUSÃO

Meta para o triénio:
75%

Diminuir a taxa de desistências e abandono escolar;

Diminuir o número de alunos com módulos em atraso;

Diminuir o absentismo injustificado;

Recuperar as faltas dadas acima do limite permitido, por ano de escolaridade;

Aumentar o número de alunos que transita com todos os níveis positivos ou com todos os módulos concluídos;

Aumentar a taxa de conclusão da PAP na 1ª Época

Promover a inovação pedagógica e a mudança educativa, desenvolvendo competências transversais;

Incrementar o relacionamento com os EE;

Ampliar as competências científicas, pedagógicas, tecnológicas e comunicacionais dos professores.

Estreitar a relação com instituições/empresas diversificando os domínios de cooperação

Promover competências de empregabilidade (transversais)

Contribuir para o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e criação de emprego

Promover a divulgação da escola no meio envolvente

Perspetivar a FCT como transferência de conhecimentos, aptidões e atitudes para contextos laborais de iniciação de uma atividade profissional

Auscultar as empresas que recebem os alunos em FCT, através do tratamento e análise da documentação referente à formação em contexto de trabalho

Divulgar ofertas de emprego junto dos alunos



**TAXA DE
COLOCAÇÃO OU
PROSSEGUIMENTO
DE ESTUDOS**
Meta para o triénio:
75%

**TAXA DE
EMPREGABILIDADE**
PROFISSÕES DIRETAMENTE
RELACIONADAS COM O CURSO
Meta para o triênio:
30%

Divulgar e promover a Escola junto do tecido empresarial;

Adequar a oferta Formativa às necessidades do Mercado e às
Preferências dos Candidatos;

Definir as estratégias conjuntamente com o conselho
consultivo e stakeholders;

Proporcionar uma formação profissional que vá ao encontro
das expetativas e necessidades dos empregadores;

Adequar sempre o perfil do aluno ao local de estágio,
tentando potenciar ao máximo a sua empregabilidade;

Promover Workshops, convidando empresários e
especialistas das diversas áreas para participar.

**TAXA DE
SATISFAÇÃO DOS
EMPREGADORES**
Meta para o triênio:
75%

Reforçar a importância das competências transversais ou *soft skills* de
forma a potenciar, não só a sua empregabilidade, como o grau de
satisfação das empresas/entidades empregadoras;

Realizar sessões de Técnicas de Procura de Emprego;

Desenvolver competências linguísticas, dada a internacionalização
necessária de muitas empresas no atual contexto socioeconómico;

Simular entrevistas de emprego com a análise subsequente acerca
dos pontos positivos e dos pontos a melhorar;

Elaboração dos currículos vitae (CV) dos alunos, no terceiro ano do
curso, acompanhados pelos docentes das disciplinas de Português,
Área de Integração e Inglês;

Desenvolver competências pessoais e sociais exigidas pelas
empresas.

							OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
PROCESSO	OBJETIVOS OPERACIONAIS	INDICADORES	DESCRIÇÃO	META (a 3 anos)			A	B	C	D
PG01	Candidatar a oferta formativa e outras iniciativas	Parcerias e Protocolos Estabelecidos	Realização de novos protocolos de parceria que possam intensificar a relação dos alunos com o mercado de trabalho	>=5	>= 5	>=5	x	x	x	x
		Reuniões de Autoavaliação	Nº de Reuniões de Autoavaliação realizadas por período letivo	>=5	>=5	>=5	x		x	x
PG02	Assegurar a melhoria contínua	Manutenção do selo de garantia da qualidade EQAVET	Auditoria ANQEP				x	x	x	x
		Cumprimento do Plano de Atividades	(Nº de atividades realizadas/Total de Atividades Previstas) x 100	85%	90%	90%	x	x	x	x
		Taxa de Eficácia das A. Melhoria	Ações eficazes/Total de ações de melhoria implementadas	70%	70%	70%	x			x
		Av. satisfação dos Alunos	Percentagem de alunos que classificam a prestação global da EPPP “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação realizados	80%	80%	80%	x			x
		Av. satisfação dos Professores	Percentagem de Professores que responderam “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” no inquérito de satisfação	80%	80%	80%	x	x		x
		Av. satisfação dos E. Educação	Percentagem de Pais /EE que responderam “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” no inquérito de satisfação	80%	80%	80%	x	x	x	x
		Av. satisfação da FCT	(Total do nº de alunos com nota igual ou superior a 14 na FCT atribuída pela Entidade acolhedora /nº total de alunos que realizaram FCT) x100	75%	75%	75%	x		x	x
		Av. satisfação de empregadores	Percentagem de Empregadores que responderam “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” no inquérito de satisfação aos alunos diplomados empregados	60%	60%	60%	x		x	x
PE01	Aumentar o Sucesso Educativo	Taxa de alunos com mais de 5 módulos em atraso	(Total nº alunos com módulos em atraso/Total de alunos) x 100	25%	20%	15%	x			x
		Taxa de desistências e abandono escolar	(Total de Abandonos / Nº total de alunos matriculados) x 100	10%	10%	10%	x	x		x
		Quadro de mérito e /ou Valores Sucesso Escolar	(Total de alunos que integram o Quadro de Mérito/Valores /Total do nº de alunos da escola) x 100	30%	30%	30%	x	x	x	x

A. Ter um Modelo Pedagógico que Promova um Ensino de Qualidade e o Sucesso Educativo; B. Educar para a Cidadania e para a Dimensão Global do Indivíduo; C. Ter o reconhecimento da Comunidade e ser um Parceiro Estratégico; D. Prosseguir uma Cultura de Qualidade e Melhoria Contínua

							OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
PROCESSO	OBJETIVOS OPERACIONAIS	INDICADORES	DESCRIÇÃO	META (a 3 anos)			A	B	C	D
PE01	Aumentar o Sucesso Educativo	Taxa de avaliação "Competências Transversais"	(Total nº de alunos com avaliação igual ou superior 13 valores na grelha de avaliação das "Competências Transversais"/Total dos alunos) x100	65%	70%	70%	X	X		X
		Taxa de Conclusão dos Cursos Ciclo de Formação	(Total alunos que concluíram até ao fim ano civil /Total de alunos ingressaram no Curso) x 100	75%	75%	80%	X	X	X	X
		Taxa de Conclusão Alunos da Turma	(Total alunos que concluíram até ao fim ano civil /Total de alunos da turma) x 100	85%	90%	95%	X	X	X	X
		Participação em programas	Nº de Projetos em que a Escola Participa	>=6	>= 6	>= 6	X	X	X	X
	Reduzir a Taxa de Absentismo Injustificado	Taxa de Assiduidade	(Total de aulas assistidas/Total de aulas dadas) x 100	90%	90%	90%	X			X
		Reuniões de Pais /EE	(Total nº de presenças dos Pais/EE/ Total nº pais convocados) x 100	40%	45%	50%	X	X	X	X
	Aumentar a Taxa de Conclusão dos Cursos	Taxa de conclusão dos módulos por ano letivo	(Total Módulos realizados/Total dos módulos avaliados) x 100	75%	75%	80%	X			X
		Taxa de apresentação e defesa do Projeto PAP nas avaliações intermédias (1ª e 2ª av.)	(Total de alunos realizam a 1ª e 2ª avaliação intermédia PAP/Total do nº de alunos finalistas) x 100	100%	100%	100%	X		X	X
		Taxa de conclusão PAP em Julho (1ª época)	(Total de alunos que realizam com sucesso a PAP em época normal/ Total do nº de alunos finalistas) x100	80%	80%	80%	X		X	X
PS02	Reforço da Cultura Organizacional da Escola	Taxa de frequência em ações de Formação	(Total de participações professores em ações de formação/ Total de Ações Formação Realizadas)x 100	95%	95%	95%	X		X	X
PS03	Promover a integração no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos	6 a) taxa de diplomados a exercer profissões diretamente relacionadas com o curso	Percentagem dos alunos que trabalha em profissões diretamente relacionadas com o curso/Área de Educação e Formação que concluíram	30%	30%	30%	X		X	X
		Taxa de satisfação dos Empregadores 6 b3)	Percentagem de Empregadores que responderam "Satisfeito" e "Muito Satisfeito" no inquérito de satisfação aos alunos diplomados empregados	70%	70%	70%	X		X	X
		Taxa de colocação após conclusão de cursos de EFP 5)	Percentagem de alunos que completam o curso profissional e que se encontram no mercado de trabalho	75%	80%	85%	X		X	X
		Atividades de apoio à empregabilidade	Nº de atividades realizadas no período	Contínuo			X		X	X

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização do PE é uma atividade contínua, prevista no plano operacional do projeto, que contribui para a aprendizagem de todos e que permite saber se, durante a execução do projeto, ainda se está no caminho certo para atingir as metas estabelecidas, ou se é necessário introduzir alterações. As avaliações do PE serão participadas e feitas em momentos definidos, de modo a comparar os resultados e processos monitorizados do projeto com os resultados projetados e os processos que constam nos planos originais. Entre outras evidências e contributos, a avaliação do projeto educativo permite:

Reconhecer os pontos fortes e fracos do projeto educativo;

Rever estratégias e metodologias de trabalho;

Perspetivar a regulação da ação educativa;

Os objetivos foram conseguidos;

As metas foram alcançadas;

Os princípios educativos foram adequados;

Os valores foram interiorizados;

A missão e a visão continuam válidas e atuais.



A avaliação do Projeto Educativo contribui para que todos os elementos envolvidos (alunos, professores, colaboradores e entidades parceiras) se sintam integrados e ouvidos, participando assim em todo o processo formativo de forma mais sistemática.

É feita a monitorização intercalar e a implementação de mecanismos de alerta precoce, a escola monitoriza um conjunto de indicadores adicionais. As melhorias consensualizadas são introduzidas, mais do que uma vez por ano, em função dos resultados da monitorização intercalar.

Competirá à Direção Pedagógica proceder à recolha periódica dos dados relativos aos resultados das estratégias implementadas e compará-los com as metas estabelecidas, de forma a verificar se os mesmos estão ou não aquém dos valores pretendidos. Se as metas não estiverem a ser cumpridas, devem os responsáveis procurar estratégias alternativas e implementar planos de melhoria, com colaboração com todos os intervenientes. Estas avaliações são essenciais para a melhoria contínua de todos os processos.

A Direção assume a responsabilidade de garantir o cumprimento deste projeto e avaliar a atividade da Escola em função do mesmo.

Deverá, por isso, em cada ano, avaliar o grau de cumprimento das metas estabelecidas e dos compromissos assumidos, bem como, analisar e ponderar as ações estratégicas que implementou e o nível de consecução dos objetivos que se pretendiam.

Serão pressupostos orientadores desta metodologia de autoavaliação, na perspetiva de uma melhoria contínua, os desempenhos alcançados no que respeita aos seguintes pontos:

Manter na escola os princípios da Gestão da Qualidade;

Otimizar a gestão e o funcionamento dos serviços da escola;

Promover e facilitar a mudança organizacional na cultura escolar;

Fomentar o planeamento, a definição de estratégias e a orientação para resultados;

Apostar no desenvolvimento das competências;

Gerir por processos, em que cada atividade traga valor acrescentado para a Escola;

Satisfazer os alunos e os pais/encarregados de educação e outras partes interessadas.

Em resultado da avaliação e/ou revisão do Projeto Educativo serão criados três tipos de documentos:

Relatórios intercalares, semestrais, elaborados pela Direção Pedagógica onde constam os resultados mensuráveis nessas alturas do ano, analisando se os mesmos estão ou não alinhados com as metas definidas para esse ano letivo. Funcionam como alertas precoces, que permitem uma monitorização mais fina e periódica dos resultados. Em função destes, poderão ser elaborados Planos de Melhoria para vigorar a partir daí com vista à correção dos desvios identificados, ou poderá ser ajustado o Plano de Melhoria já existente.

Relatório de Progresso elaborado pelo Diretor(a) Pedagógico(a), onde serão contemplados, entre outros pontos, os objetivos/metass alcançados, os desvios observados, os planos de melhoria introduzidos, sempre devidamente fundamentados, os constrangimentos verificados e a análise acerca das melhorias concretas verificadas, assumidamente decorrentes da implementação do Projeto Educativo em questão. Estes documentos serão, depois, submetidos, para apreciação e análise, à Direção Geral da Escola.

A avaliação do PE será, ainda, realizada pelas auditorias externas

A divulgação destes documentos será feita da seguinte forma:

Divulgação Interna através da publicação dos documentos na plataforma da Escola, ficando acessíveis a alunos, docentes e funcionários; pela sua análise em sede de Reunião Geral de Professores (relatórios anual e final), de forma a melhor preparar o ano letivo seguinte e a elaborar um Plano de Melhoria, se necessário.

Será também utilizado o email como forma de divulgação dos resultados junto dos elementos das equipas pedagógicas a quem foram atribuídas responsabilidades concretas no alcance de metas, de forma a que cada um possa verificar se a sua prática pedagógica está a ter resultados consonantes com os objetivos e metas definidos.

INDICADORES	RESPONSÁVEL RECOLHA DE DADOS	PROCESSO DE RECOLHA	PERÍODO DE RECOLHA	TRATAMENTO E AVALIAÇÃO
Reduzir o abandono escolar	GAP	Programa Gestão Escolar	Trimestral	Trimestral
Reduzir a taxa de absentismo Injustificado	OET	Programa de Gestão Escolar Grelha de Registo OET	Mensal	Trimestral
Aumentar a taxa de assiduidade	OET	Programa de Gestão Escolar Grelha de Registo OET	Mensal	Trimestral
Recuperar todas as faltas dadas acima do limite permitido, por ano de escolaridade	OET	Programa de Gestão Escolar Grelha de Registo OET	Mensal	Trimestral
Taxa de alunos com módulos em atraso	OET	Programa de Gestão Escolar Grelha de Registo OET	Mensal	Trimestral
Aumentar o número de alunos que transita, em cada ano letivo, com todos os módulos concluídos	OET	Programa de Gestão Escolar Pautas	Trimestral	Anual
Aumentar o número de alunos que integra o Quadro de Mérito e/ou Valores	OET	Programa de Gestão Escolar	Anual	Anual
Manter a média de FCT ≥ 14	CORDENADOR DE CURSO	Grelhas de Avaliação FCT	No Final da FCT	Anual
Aumentar o número de alunos que realizam a 1ª e 2ª avaliação intermédia da PAP de acordo com o cronograma estabelecido	COORDENADOR DE CURSO	Pautas	De acordo com o Cronograma	Anual
Aumentar a taxa de sucesso na realização e apresentação da PAP em época normal	COORDENADOR DE CURSO	Grelhas de Avaliação PAP	Anual	Anual
Satisfação das entidades de FCT	COORDENADOR CURSO	Relatório do Monitor /Tutor da FCT Aplicação de Questionário	Final da FCT	Anual
Grau de satisfação dos alunos para com a prestação dos orientadores de FCT	COORDENADOR DE CURSO	Aplicação de Questionários aos alunos	Final da FCT	Anual

INDICADORES	RESPONSÁVEL RECOLHA DE DADOS	PROCESSO DE RECOLHA	PERÍODO DE RECOLHA	TRATAMENTO E AVALIAÇÃO
Intensificar o relacionamento com as empresas e outras instituições empregadoras	COORDENADOR DE CURSO	Novos Protocolos e Parcerias	Ao longo do Ano	Anual
Realizar sessões de preparação para a integração no mercado de trabalho	SPO	Plano de Formação	Trimestral	Anual
Promover competências de empregabilidade	OET	Plano de Atividades (SPO)	Trimestral	Trimestral
Promover competências de Cidadania	OET	Grelha de Competências Transversais	Trimestral	Trimestral
Aumentar as competências científicas, pedagógicas, tecnológicas e comunicacionais dos professores	DIREÇÃO PEDAGÓGICA	Plano de Formação / Presenças	Trimestral	Semestral
Taxa de Conclusão dos Cursos	DIREÇÃO PEDAGÓGICA	Programa de Gestão Escolar Pautas Final do Ano Letivo	Dezembro	Janeiro
Taxa de Empregabilidade/ Prosseguimento de Estudos	GAP	Aplicação de Questionário	6 e 18 meses após o Curso	Maio
Taxa de empregabilidade nas áreas de formação do curso	GAP	Aplicação Questionário	6 e 18 meses após o Curso	Maio
Grau de satisfação dos Empregadores	GAP	Aplicação de Questionário aos Empregadores/Empresas	6 e 18 meses após o Curso	Maio
Grau de satisfação dos Encarregados de Educação	GAP	Aplicação de Questionário	Anual	Anual

POLITICA DE COMUNICAÇÃO

A comunicação é hoje um campo decisivo para a imagem pública de uma instituição e para o relacionamento com os públicos e a sociedade.

Divulgar quem somos, o que fazemos e como fazemos, tem sido uma preocupação e um objetivo. Apresentar e promover o nosso projeto educativo, a oferta formativa, as atividades que realizamos e os seus resultados.

É imprescindível uma presença profissional e assídua nos meios de comunicação disponíveis para a consolidação de uma ideia de escola, promoção dos seus alunos e das suas atividades, maximizando-se, assim, mais e melhores oportunidades.

A Escola tem uma rede cada vez mais alargada de contacto digital e de interação, disponibilizando aos seus seguidores várias plataformas ao nível dos Social Media, tais como, Facebook, Instagram e Youtube, ferramentas utilizadas para interagir com a Comunidade permitindo um maior diálogo e maior visibilidade de todas as atividades desenvolvidas, sejam elas académicas e/ou de outra natureza. Tem-se registado um aumento de gostos e seguidores no Facebook, mas particularmente no Instagram. Temos como objetivo prosseguir o controlo detalhado de publicações diárias e semanais de acordo e sempre que possível com o postplan, procurando melhorar resultados de forma mais célere e eficiente.

A permanente presença nas redes sociais tornou-se imperativa, não só pela conexão, interação que criam, como por viabilizarem um contacto instantâneo e atualizado e estarem na base dos comportamentos e tomada de decisão entre os seus utilizadores.

Publicações frequentes, produção e gestão de conteúdos credíveis, mensagens coerentes e sistemáticas têm-nos, assim, permitido uma divulgação, cuidada e profissional, da nossa identidade. Tem sido um processo prolongado e consistente, com resultados tangíveis, com engagement social e uma perceção construída muito positiva da qual conseguimos mensurar o retorno.

CONCLUSÃO

Construir, partilhar e viver o Projeto Educativo que somos, é a prioridade e a dimensão que intercepta todas as outras relevâncias. Juntarmo-nos em torno da única razão que confere significância ao trabalho que desenvolvemos : fazer aprender todos os alunos que nos escolheram e fazê-lo de modo diferenciado e eficaz. Recusar, quando parece ser mais fácil ou caminho mais seguro, qualquer via de uniformidade ou fórmula padronizada.

A escola é, hoje, um lugar de múltiplos interesses, de vontades e culturas muito distintas, de públicos totalmente heterogêneos. Um currículo único ou uma ação pedagógica convencionada não são, se é que alguma vez foram, a abordagem adequada ou a estratégia certa. Ajustar permanentemente, ir ao encontro, experimentar, voltar a fazer, é a atitude que este novo paradigma convoca e a exigência que o desafio reclama.

Aprender com os êxitos e inêxitos, com os problemas e os sucessos. Criar, para todos os intervenientes deste processo, oportunidades de aprendizagem contínua. Cada dia estamos mais próximos e, em cada um, nos sentimos, ainda, tão longe... Numa prática assumidamente mais dialogante e participada, refletimos em conjunto sobre os problemas que enfrentamos e as respostas que não temos. Partilhamos as soluções que falharam e as opções com resultados, refletimos possibilidades que possam levar a aprender mesmo os alunos que não querem. Percebemos a dificuldade da tarefa, mas guia-nos a certeza de querer uma escola mais sucedida. Ouvir os alunos, escutá-los, incrementar os processos de comunicação, estar disponíveis para os contextos que transportam e, a partir deles, organizar projetos pedagógicos e educativos.

Validar, nos resultados que obtêm ou na maneira como crescem, o seu progressivo desenvolvimento, cognitivo e afetivo, afirmando a sua autonomia e não receando a sua singularidade. Criar condições e ambientes positivos para adequar, recuperar e potenciar as aprendizagens e a progressão ao longo da escolaridade. Ser profissional da educação é justamente este compromisso com a procura de todas as respostas organizacionais e pedagógicas possíveis para conectar os alunos, todos os alunos, com as aprendizagens social e pessoalmente pertinentes e relevantes.



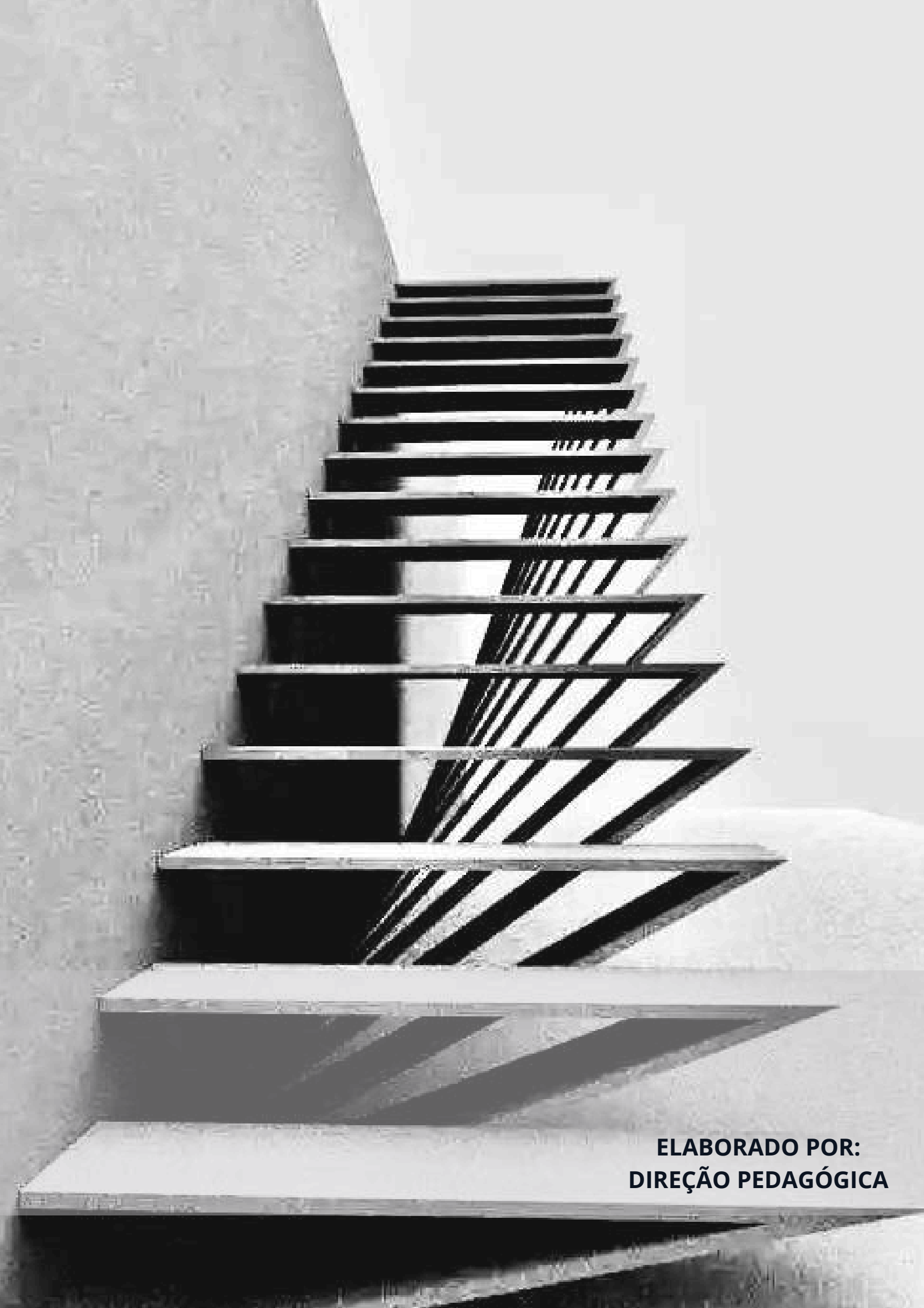
O projeto Educativo, é, também, a possibilidade de a Escola se refletir a si mesma, de uma forma permanente e contínua, encontrando caminhos e criando oportunidades, ao mesmo tempo, que avalia as suas decisões, discutindo-as e analisando-as criticamente.

É, por isso mesmo, um documento sempre em aberto e em construção!

Associado a outros instrumentos estruturantes, Regulamento Interno e Plano de Atividades, ele torna clara a visão e as propostas da Escola, assumindo-se como a espinha dorsal de todo o seu funcionamento. Perspetiva o presente e o futuro próximo, mobiliza o trabalho colaborativo, institui mecanismos de autoavaliação, estabelece responsabilidade e compromisso.

“...os Projetos tornaram-se assim numa espécie de microideologias da ação quotidiana, criando sistemas de crenças próprios para orientar a tomada de decisão dos atores (individuais ou coletivos) em função de determinados princípios ou valores”, Barroso, João (2005:125)

Procuramos, com o maior rigor, basear a avaliação em evidências concretas e dados estatísticos, identificando, com clareza, áreas prioritárias de intervenção e, conseqüentemente, planos de melhoria que permitam evoluir no sentido de um aperfeiçoamento do sistema garantindo uma coesão cada vez mais sólida entre os resultados a serem alcançados e as práticas ou meios que os suportam. Nesta perspetiva, continuamos a investir em mecanismos que conduzam a uma melhoria dos processos de aprendizagens e das condições organizacionais que os enquadram, no sentido de baixar, sistematicamente, a taxa de desistência e melhorar o principal indicador que o contraria : sucesso escolar!



**ELABORADO POR:
DIREÇÃO PEDAGÓGICA**